

O Serviço Social e a temática droga¹

Mirian Cátia Vieira Basílio Denadai²
Maria Lúcia Teixeira Garcia³

Introdução

“Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais,
é só a fazer outras maiores perguntas” (Guimarães
Rosa).

A discussão sobre a temática “drogas” é complexa, envolve várias áreas de conhecimento, entre elas, o Serviço Social. Como um tema velho, e ao mesmo tempo novo, o enfoque analítico perpassa diferentes aspectos – o dano potencial à saúde, o contexto do avanço do conservadorismo na configuração da política de drogas no país, o impacto sobre as relações familiares, alternativas de enfrentamento dessa problemática, a configuração geopolítica das drogas, entre outras. Em uma perspectiva histórica, a abordagem dos temas ligados às drogas⁴, seja sobre a produção seja sobre o consumo, recebe contornos demonizantes na maior parte do mundo (OLMO, 1990). A popularidade da temática gerou um excesso de informações, que se apresentam,

¹ Trabalho publicado, com alterações, nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (2014).

² Assistente social, doutora em Serviço Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Professora do curso de Serviço Social da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo. Integrante do Grupo de Estudos em Políticas Públicas ‘Fênix’ da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: mirianbasilio@yahoo.com.br.

³ Assistente social, doutora em Psicologia Social (Universidade de São Paulo - USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Política Social e do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista do CNPq e FAPES. Coordenadora do Grupo de Estudos em Políticas Públicas ‘Fênix’ da UFES. E-mail: lucia-garcia@uol.com.br.

⁴ “A palavra droga é utilizada de maneira genérica para incluir toda série de substâncias muito distintas entre si, inclusive em sua capacidade de alterar as condições psíquicas e/ou físicas, que têm em comum exclusivamente o fato de haverem sido proibidas” (OLMO, 1990, p. 22).

invariavelmente, distorcidas. Isto pode ser verificado, nos últimos vinte anos, a partir da proliferação de livros, artigos e entrevistas sobre a temática “droga”, que aparecem “[...] cheios de preconceitos morais, dados falsos e sensacionalistas, onde se mistura a realidade com a fantasia, o que só contribui para que a droga seja assimilada à literatura fantástica” (OLMO, 1990, p. 22). O resultado desta forma de abordar a questão é a associação da droga a um mundo “[...] desconhecido e proibido, e, em particular, ao temido” (OLMO, 1990, p. 22).

A temática, assim, constitui-se em tema tabu, objeto de polêmicas e debates acalorados, com vernizes ora morais, ora legais, ora da esfera da saúde pública. Num contexto geopolítico de guerra às drogas, estas acabam convertidas em bode expiatório de todos os males que afligem a humanidade no contexto contemporâneo (LIMA, 2009). Mais do que uma descoberta científica, a palavra droga não funciona como conceito, mas sim como um estereótipo. São criados discursos contraditórios que acabam por “[...] distorcer e ocultar a realidade social da droga” (OLMO, 1990, p. 22). Porém, estes discursos acabam sendo adotados erroneamente como modelos explicativos universais.

Se por um lado temos um crescimento do conhecimento sobre o uso de drogas no campo das ciências humanas nas últimas décadas, por outro há que se problematizar a quem serve esse conhecimento produzido. E ainda, como pensar a exigência de abordagens interdisciplinares na pesquisa como uma exigência de ordem política, antropológica e ética. A abordagem interdisciplinar mostra, de um lado, o reconhecimento dos limites para a apreensão da realidade complexa e multideterminada que vivemos e, com isso, a necessidade de articulação de várias áreas do conhecimento e, de outro lado, a fragmentação que está na base da especialização do próprio conhecimento (BRITES, 2006).

Estudamos o tema há mais de 20 anos e nesse percurso, tal como no trecho de “Grande Sertão: Veredas” (no início do artigo), vimos que tínhamos que fazer outras perguntas e, uma

delas, era olharmos e estranharmos a recorrência com que nos sentíamos sós nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). O sentimento de solidão expressa aqui a repetição dos mesmos sujeitos debatendo a temática “droga”. Nesse momento, indagamos: como esse debate se inscreve no interior da produção intelectual do Serviço Social brasileiro?

É mister deixar claro um pressuposto que nos orienta: entendemos a questão das drogas não como uma questão em si, mas que expressa interesses econômicos e políticos nem sempre visíveis. Nesse sentido, como expressão da questão social, a problemática das drogas atravessa o trabalho de diferentes profissionais, entre eles, o assistente social. Como um fenômeno revestido de dúvidas, é uma temática que entra na pauta da produção de conhecimento da área de Serviço Social. É um tema que tenciona o Conselho Federal de Serviço Social a se pronunciar em junho de 2011 no dia Internacional sobre drogas. Em um documento intitulado “O debate contemporâneo sobre o uso de drogas” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011), o conselho destaca que:

[...] o debate contemporâneo sobre os usos de drogas na realidade brasileira tem profunda relação com o debate sobre a questão social, daí a importância de um posicionamento fundamentado e coerente com o projeto profissional do Serviço Social diante do uso de drogas como prática social e das respostas formuladas pela sociedade brasileira à essa prática (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, s/p).

O objetivo deste artigo é analisar a incorporação do debate sobre a temática “drogas” nas produções do Serviço Social brasileiro, buscando evidenciar o posicionamento que os pesquisadores da área de Serviço Social vêm adotando em suas reflexões.

Trata-se de pesquisa bibliográfica realizada no Banco de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁵ e nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) ocorridos entre os anos de 2004 e 2014.

O levantamento inicial na BDTD resultou em número total de 117 produções sobre a temática, englobando todas as áreas de conhecimento. Utilizamos a palavra-chave “drogas” para a seleção de tais produções. Destas, 32 são teses e 85 são dissertações, e foram elaboradas no período compreendido entre 1997 e 2014. Dessas produções, 22 pertencem à área de Serviço Social (vinculados aos programas de pós-graduação em Serviço Social e aos de Política Social). Nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), entre 2004-2014, utilizando as palavras-chave: “drogas”, álcool e dependência química, foram identificados 51 trabalhos (13 em 2004; 4 em 2006; 7 em 2008, 7 em 2010, 11 em 2012 e 9 em 2014). Seleccionadas as produções, estas foram organizadas e foi realizada análise de conteúdo, do tipo análise temática.

O texto está dividido em duas seções: inicialmente problematizamos a questão da droga em si, para, posteriormente, evidenciarmos a produção do conhecimento pelo Serviço Social brasileiro, nessa temática.

1. Drogas e o tempo presente

“O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando” (Guimarães Rosa).

O Relatório Mundial sobre Drogas, de 2015, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2015) estimou que um total de 246 milhões de pessoas - um pouco

⁵ O banco de teses e dissertações disponibiliza o acesso às produções a partir de 2003.

mais do que 5% da população mundial com idade entre 15 e 64 anos - tenha feito uso de drogas ilícitas em 2013. Cerca de 27 milhões de pessoas fazem uso problemático de drogas, das quais quase a metade são pessoas que usam drogas injetáveis (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2015). O relatório indica que, historicamente, o consumo de drogas se expressa de forma diferente entre os sexos: os homens são três vezes mais propensos ao uso de maconha, cocaína e anfetamina, enquanto que as mulheres são mais propensas a usar incorretamente opióides de prescrição e tranquilizantes.

Assim, a tendência do crescimento das produções teóricas no campo das drogas “[...] responde em parte à própria complexidade que o uso” das substâncias psicoativas “[...] assumiu a partir da década de [19]70 do século XX, em decorrência do incremento na produção, na circulação e no consumo de drogas em vários países do mundo” (BRITES, 2006, p. 13). O mercado de drogas torna-se uma área necessária à dinâmica do capital, seja pelas operações diretas do narcotráfico seja pelo investimento do fundo público na aquisição de outras mercadorias produzidas no complexo industrial-militar para o seu ‘combate’⁶. A política sobre drogas operacionaliza-se a partir de uma trama que envolve, entre outros elementos, “[...] a hegemônica força do aparato repressivo-militar” para combatê-la⁷ (LIMA, 2009, p. 8).

No entanto, no campo do Serviço Social as produções sobre a temática “drogas” seguem um ritmo lento, a despeito do envolvimento cada vez maior dos profissionais com essa problemática. Ou seja, é preciso adensar esse debate, por várias razões. Entre elas, destacamos o aumento de assistentes sociais inseridos em Comunidades Terapêuticas religiosas (WOERNER,

⁶ Mesmo não sendo preciso, a United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) estima que as receitas relacionadas às transações com lavagem de dinheiro no Sistema financeiro totalizem entre 0,4 e 0,6 por cento do PIB mundial (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2011).

⁷ De acordo com dados oficiais o total de despesas resultantes do encarceramento pela aplicação da lei de drogas nos EUA foi estimado em US\$ 1 trilhão durante os últimos 40 anos. Os gastos federais com o controle de drogas nos EUA são cerca de US\$ 15 bilhões anuais (COUNT THE COSTS, 2015).

2015). Bernardo (2007) aponta para o desafio da prática profissional dos assistentes sociais frente às questões de gênero e religião, que se fazem presentes nos tratamentos voltados para os usuários de álcool e outras drogas no Brasil, principalmente influenciado pelas organizações não governamentais vinculadas às religiões neopentecostais⁸ (SILVA; GARCIA, 2004).

Além disso, os posicionamentos do Conselho Federal de Psicologia e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) são contrários à proposta de regulamentação das comunidades terapêuticas (aprovada sob protestos dos 2 Conselhos, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) nº 1, de 19 de agosto de 2015). Para o CFESS, a regulamentação e o incentivo por parte do governo federal às comunidades terapêuticas, assim como a privatização da saúde, inclusive na área de saúde mental são um verdadeiro retrocesso na luta antimanicomial e na reforma psiquiátrica brasileira implantada a partir da aprovação da lei 10.216/2001, que prima pela atenção aos usuários de saúde mental, álcool e outras drogas e não mais pelo seu isolamento e a internação (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2016).

A trajetória histórica da profissão, construída no bojo do Movimento de Reconceituação brasileiro, marcou o rompimento com o tradicionalismo que imperava na profissão, resultando na construção de um Projeto profissional comprometido com a ampliação e a consolidação da cidadania, a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo. Essa direção assumida pela profissão coloca para os assistentes sociais a necessidade de assumir posicionamentos e dar respostas concretas que ultrapassem o imediatismo, a fragmentação e o senso comum, que marcam o cotidiano da atuação profissional (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012).

É importante destacar que o cotidiano é marcado pela heterogeneidade, imediaticidade, superficialidade extensiva e um

⁸ No Brasil, há hoje mais de 120 mil Assistentes Sociais, sendo que 97% são mulheres e 76% são praticantes de alguma religião (principalmente, católica - 67,6%) (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2005).

materialismo espontâneo (LUKÁCS, 1972). Neste sentido, a forma como vem sendo abordado o tema “drogas” no cotidiano reafirma ao mesmo tempo dois caminhos: de um lado, o modo conservador de olhar e tratar a questão; de outro, a sua superação. É mister reafirmarmos aqui que uma compreensão pragmática e a-histórica sobre a temática droga resulta no aparecimento, na vida cotidiana, de manifestações ideo-políticas, a partir da mídia, das produções científicas e das interpretações de cunho religioso etc., que acabam por legitimar a intervenção estatal por meio de seu aparato repressor.

Nappo (2014), ao realizar uma análise sobre as publicações científicas sobre o crack (substância psicoativa que ganhou ampla repercussão social nos últimos anos no Brasil) nas bases de dados Scielo e PubMed, verificou que o emprego do termo “epidemia de crack” vem sendo utilizado em trabalhos científicos sem referência bibliográfica, demonstrando a absorção da ideia da epidemia pelo espaço acadêmico.

Parece-nos que esta forma de tratar as drogas como “epidêmica”, tal como acontece com o crack, forja ideais provenientes de uma análise descontextualizada política e historicamente, e, mais do que isso, forja a identidade e os interesses que realmente estão sendo representados no cenário político, pois, no discurso governamental, há elementos que conclamam a preocupação pela saúde pública. No entanto, essa lógica insiste em atrelar “tratamento” à noção de castigos ou penas provenientes de um ideal normativo que não admite a transgressão como parte de um devir humano (BRITES, 2006).

Para Garcia (2012, p. 43), parafraseando Lima e Tavares (2012), “[...] vivemos um tempo de agudização de uma ‘guerra de posição’ que se desenrola no país – e no mundo – desde o século passado”. Nessa guerra, nossa presidente Dilma declarou que “[...] o governo federal fará um combate sistemático contra o crack, numa luta ‘sem quartel’ contra a droga” (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2011). No Congresso Nacional, o projeto de lei nº 7.663/2010 (de autoria do deputado Osmar Terra), que propõe alterar a lei nº 11.343,

aumentando a pena para o tráfico de drogas, exemplifica bem essa luta (BASÍLIO-DENADAI, 2015).

A compreensão da dinâmica da sociedade moderna e das formas de reprodução do proibicionismo das drogas, nos países dependentes economicamente, como o Brasil, são um ponto de partida necessário para os profissionais da área de Serviço Social (LIMA, 2009).

No caso específico da prática profissional, que esteja vinculada direta ou indiretamente com demandas de usuários de drogas e seus familiares, tal compreensão se faz premente (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2013). Nesse sentido, a premissa é que o Serviço Social brasileiro precisa fundamentar e amadurecer uma posição no interior do debate contemporâneo sobre o tema drogas e as formas como se estabelecem os seus usos.

A pesquisa na área de drogas, especialmente no campo histórico e antropológico, possibilita que hoje se tenha uma compreensão mais ampla e segura de que o uso de drogas é uma atividade presente em várias formações sócio-históricas. O uso de drogas faz parte da história da humanidade. As substâncias que alteram o humor e a percepção da realidade têm acompanhado a humanidade desde os primórdios da civilização e têm sido produzidas, distribuídas e negociadas como quase todos os outros bens nela presentes. Assim, qualquer um que se aventurar nesse campo temático deve considerar as características particulares que o fenômeno apresenta no momento atual. No tempo presente, temos a relação homem-droga inserida em um contexto no qual as drogas são colocadas como uma mercadoria disponibilizada para consumo no mercado e classificadas pela via de sua legalidade ou ilegalidade. Como mercadoria, as drogas geram muitos lucros e muitos danos (individuais e coletivos). Como mercadorias, circulam em mercados legais e ilegais⁹ (KOPP, 1998).

⁹ A classificação quanto à sua legalidade/ilegalidade pode se referir tanto ao seu comércio quanto ao seu consumo. Por exemplo, a lei 11.343 de 2006 propõe a despenalização dos usuários de

Especialistas apontam que as políticas públicas proibicionistas ou de extinção das drogas não demonstram funcionalidade e eficácia. A complexidade do fenômeno de uso de drogas aponta para a necessidade de desenvolver propostas de ações também complexas, interdisciplinares e intersetoriais. Além do custo econômico e político, o tipo hegemônico de proibicionismo às drogas, instituído, altamente militarizado e repressivo às condutas individuais, tem produzido um alto custo humano, muitas vezes incapaz de ser minorado com respostas públicas de promoção, prevenção e atenção curativa em saúde (LIMA, 2009).

O tema das drogas e do seu proibicionismo atravessa todas as outras políticas sociais, a cotidianidade das famílias e dos indivíduos e define percursos biográficos pessoais e profissionais. Brites (2006) destaca que a intolerância social ao consumo de determinadas substâncias – classificadas como ilícitas – reafirma práticas moralizadoras e de controle sobre o comportamento de moradores e comunidades pobres das cidades. Entre os exemplos, destacam-se duas iniciativas: a primeira trata-se do recolhimento compulsório, iniciado em São Paulo, de pessoas em situação de rua para as chamadas internações compulsórias. Esta ação impõe o tratamento de sujeitos identificados como usuários de crack ou outras drogas, os quais são considerados incapazes de realizar qualquer decisão, a partir da justificativa da necessidade da intervenção estatal sobre eles. A segunda iniciativa refere-se à implantação das chamadas Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), em algumas favelas do Rio de Janeiro. Neste caso, através de uma ação militarizada, ocuparam locais identificados como pontos dominados pelo tráfico de drogas (BASÍLIO-DENADAI, 2014; BASÍLIO-DENADAI, 2015).

Ao focar-se a dimensão local (repressão e controle), a questão das drogas deixa escapar sua dimensão global (um fenômeno transnacional). O mercado das drogas torna-se uma área

substâncias psicoativas, mas, o comércio dessas substâncias permanece ilegal, sendo considerado crime.

necessária à dinâmica do capital, seja pelas operações diretas do narcotráfico seja pelo investimento do fundo público na aquisição de outras mercadorias produzidas no complexo industrial-militar para o seu ‘combate’ (LIMA, 2009).

Outrossim, é mister entender que a estrutura repressiva às drogas adotada no Brasil sofre determinações tanto externas quanto internas devido a formação social heteronômica e oligárquica da sociedade brasileira (LIMA, 2009).

Nessa direção, ao problematizar o uso de drogas “[...] não estamos considerando o seu uso como uma atividade que necessariamente opõe o indivíduo singular ao gênero, e que por isso deva ser banida como expressão da desumanidade ou condenada moralmente em nome de uma essência abstrata do homem: bom, belo e saudável” (BRITES, 2006, p. 43). É válido destacar que, como todas as coisas que se referem à esfera do ser social, nenhuma atividade, ato, relação ou valor pode ser analisado de maneira isolada e unilateral.

Portanto, verifica-se que a perspectiva da historicidade e de totalidade se impõe como critério para desvelar a realidade objetiva neste campo complexo das “drogas”. Nesse sentido, concordamos com Brites (2006) quando esta afirma que mesmo não considerando o uso de drogas como práxis, especialmente quando analisamos as formas alienadas de subjetividade que resultam da relação do homem com as das diferentes drogas, é possível identificar relações entre essa atividade e formas de resistência, de contestação e de criatividade que apontam na direção da riqueza “[...] humano-genérica, no sentido ontológico social do termo [...]” (BRITES, 2006, p. 44).

No entanto, tanto o reconhecimento como a construção de respostas para tais questões, passa pelo reconhecimento da contradição como possibilidade de construção de outra sociabilidade, orientada para emancipação política e humana do conjunto da classe trabalhadora.

Cabe ressaltar que, como trabalhadores, a categoria dos assistentes sociais não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência e à precarização das

condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, e pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais. Tudo isso traz dificuldades ao exercício profissional que deve ser pautado por fundamentos consagrados no atual Código de Ética. “Isso coloca um imenso desafio ao projeto ético-político, na medida em que a sua viabilização não depende apenas da intencionalidade dos profissionais, tendo em vista as suas determinações objetivas, nem se resolve individualmente” (BARROCO, 2011, p. 213).

As consequências desse cenário, como aponta Braz (2004), poderá implicar na operacionalização das dimensões constituintes do projeto ético-político profissional: a Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; a Dimensão político-organizativa da profissão; e, a Dimensão jurídico-política da profissão. Nesse sentido, o sucesso do projeto depende de análises precisas das condições subjetivas e objetivas da realidade para sua realização, bem como de ações políticas coerentes com seus compromissos e iluminadas pelas mesmas análises.

É nessa tensão entre rebeldia e resistência que trabalham os assistentes sociais, “[...] situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, os quais não é possível deles abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2003, p. 27). É preciso assim, pensarmos sobre que posicionamentos a temática drogas vem suscitando entre os pesquisadores da área de Serviço Social.

2. A produção do conhecimento sobre a temática “drogas” pelo Serviço Social brasileiro

“O senhor ache e não ache. Tudo é e não é ...”
(Guimarães Rosa).

A discussão sobre a temática “drogas” na área de Serviço Social (neste trabalho, privilegiamos as produções provenientes dos programas de pós-graduação em Serviço Social) comparece em 22 produções, sendo 4 teses e 18 dissertações (Quadro 1).

Os estudos sobre a temática “drogas” nos programas de pós-graduação em Serviço Social correspondem a aproximadamente 10% das produções identificadas com essa temática na totalidade dos programas de pós-graduação brasileiros.

E, ainda, a elaboração desses trabalhos se deu no período compreendido entre os anos de 2003 e 2014. Nota-se que 50% desses estudos foram desenvolvidos entre os anos de 2003 e 2006, período marcado pela expansão dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, especialmente a partir de 2002, e por debates e aprovação de leis na área de drogas (Política de atenção integral a usuários de álcool e drogas, em 2003; Política Nacional Sobre Drogas, em 2005; lei 11343, de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas; decreto 5.912, de 2006; Política Nacional sobre o Álcool, em 2007; entre outras).

Ao se analisar as teses e dissertações verifica-se que os trabalhos centram o debate na dimensão do sofrimento e outras consequências resultantes da interação do sujeito usuário com as drogas.

Ao centrar-se na dimensão do sofrimento é preciso que a análise que subsidie o pesquisador afirme a ótica da totalidade na apreensão da temática “droga” e suas mediações na dinâmica da vida social. Isso significa a possibilidade de decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social na vida cotidiana (IAMAMOTO, 2003).

Dar conta dessa análise supra referida é de fundamental importância para o Serviço Social, pois, na atualidade, a abordagem que perpassa as ações de enfrentamento às drogas apela por imagens relacionadas à guerra, ao ato de condenar, brigar, arguir, dentre outras, fundamentadas em concepções ligadas à proibição e abstinência do uso de drogas. “Na guerra atual o discurso é moral e religioso: a droga aparece como uma

metáfora diabólica contra a civilização cristã: uma cruzada contra o mal, uma guerra santa contra o traficante herege” (BATISTA, 2003, p. 40). Ou, parafraseando Barroco (2011), temos que denunciar em nossas análises essa imposição do medo como substrato ou mote de toda ação.

Quando o objeto do medo é tratado moralmente, torna-se sinônimo do “mal”. Ao mesmo tempo em que a moral serve ideologicamente para dar identidade ao objeto do medo ela passa a justificar uma inversão na moralidade do sujeito: na luta contra o “mal” toda moral é suspensa, tudo é válido: o “mal” acaba justificando o próprio “mal”: a morte, a tortura, a eliminação do outro. Quando a ideologia do medo é internalizada na vida cotidiana, uma situação de insegurança excepcional passa a ser vivida como algo que pode vir a ocorrer a qualquer momento, um estado de alerta típico de situações de guerra (BARROCO, 2011, p. 210).

Assim, concordamos com Barroco (2011), de que o debate crítico apareceu nos trabalhos acadêmicos analisando o cenário atual como facilitador da reatualização de projetos conservadores na profissão. Esses trabalhos optaram por uma perspectiva crítica e historicamente contextualizada e não idealizada acerca da temática “drogas”. Tais análises se deram, especialmente, em termos da produção de teses. Ao adotar uma abordagem ontológica sobre os fundamentos do ser social, torna-se possível compreender o uso de drogas como uma atividade que responde às necessidades postas pela práxis social (BRITES, 2006). E, ainda, no que se refere a essas análises totalizantes acerca da temática “droga”, verificou-se uma abordagem crítica aos efeitos do proibicionismo em relação a tais substâncias, tanto no cenário mundial quanto a seus reflexos no cenário brasileiro. Tais reflexões realizadas no estudo indicam que a análise sobre a política de drogas é fundamental para descortinar o manto do proibicionismo (LIMA, 2009).

Outro aspecto encontrado nas produções foi o debate acerca da redução de danos. Para a perspectiva da Redução de Danos,

“[...] o uso de drogas sempre existiu na sociedade, portanto, uma sociedade livre das drogas seria utópica. Além disso, seu objetivo é o resgate da cidadania do usuário, e não sua culpabilização” (NARDI; RIGONI, 2005, p. 276).

Quadro 1 - Produção de teses e dissertações do Serviço Social sobre a temática “droga”.

Tipo de Produção	Título	Ano	Programa
Dissertação	Dependência de álcool e outras drogas - debate conceitual, políticas públicas e a inserção do serviço social nessa área.	2003	Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Dissertação	Adolescentes usuários de drogas e a questão do abandono do tratamento. Análise do programa GAIA em Volta Redonda: 2001-2002.	2004	Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Tese	Trabalho e sofrimento: vivências de trabalhadores usuários de álcool e outras drogas na CTPM - São Paulo 2002-2004.	2004	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Dissertação	Uso de drogas e prática de ato infracional: vozes de jovens num cenário de pobreza e exclusão.	2005	Universidade Federal da Paraíba.
Dissertação	Gênero e assistência às usuárias de álcool e outras drogas: tratamento ou violência?	2005	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Dissertação	Direitos sociais na proteção integral do usuário de substâncias psicoativas: a experiência do Centro Vida em Curitiba, Paraná - 2000-2005.	2005	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Dissertação	Tratamento do centro de atenção psicossocial para usuários de álcool e outras drogas CAPS AD II, leste NATAL/RN: uma avaliação da efetividade.	2006	Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Dissertação	Verso e reverso: a trajetória de jovens que optaram por dizer não às drogas.	2006	Universidade Federal de Santa Catarina.
Dissertação	Drogas, AIDS e redução de danos Londrina: uma avaliação em curso.	2006	Universidade Estadual de Londrina.
Dissertação	Lazer e sociabilidade juvenil de usuários de drogas em contexto de risco.	2006	Universidade Federal da Paraíba.
Tese	Ética e uso de drogas: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos.	2006	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Dissertação	Aventuras do assistente social: uma abordagem sobre o desafio da prática profissional frente ao gênero e à religião nos tratamentos para usuários de drogas.	2007	Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Tese	Os significados do uso nocivo de álcool e outras drogas pelos alunos de graduação da PUC-SP, Campus Monte Alegre, 2005-2007: uma questão acadêmica desafiadora.	2008	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Dissertação	O processo de formulação de políticas públicas sobre drogas no Legislativo municipal de Vitória/ES.	2008	Universidade Federal do Espírito Santo.
Tese	Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relações Brasil - Estados Unidos e os organismos internacionais.	2009	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Dissertação	Serviço social e liderança sindical: a parceria entre a ação do assistente social e os trabalhadores usuários de álcool e outras drogas na CESP - Companhia Energética de São Paulo S.A.	2009	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Dissertação	A Política de atenção a dependentes químicos no município de João Pessoa-PB: uma análise sobre o atendimento a mulheres no Centro	2011	Universidade Federal da Paraíba.

	de atenção psicossocial jovem cidadão.		
Dissertação	Drogas, políticas sociais e Serviço Social.	2013	Universidade Federal de Santa Catarina.
Dissertação	Processo de construção da política sobre drogas e o lugar da SEAS/DH como sua gestora no estado do RJ a partir de 2007.	2013	Pontifícia Universidade Católica do Rio.
Dissertação	O trabalho do assistente social na política de atenção aos usuários de drogas.	2014	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Dissertação	Redes de apoio às famílias de dependentes de álcool e outras drogas: uma interface com as políticas públicas intersetoriais.	2014	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
Dissertação	“Suave” guerra às drogas: usuários em situação de rua.	2014	Universidade Federal de Pernambuco.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da BDTD.

Foram 18 dissertações e 4 teses (81% de dissertações e 19% de teses). Essa relação é similar à encontrada entre teses e dissertações defendidas entre 2004 e 2012 (80% de dissertações e 20% de teses).

Ao analisar o título das produções, evidencia-se a produção de estudos de caso – com recorte etário: adolescentes, jovens; recorte de gênero: feminino; recorte instrucional: universitários. A análise das possibilidades e limites de abordagens, vivências e experiências traz como desafio a articulação com uma análise macro que evidencie e articule as múltiplas dimensões presentes nesse processo da relação com as drogas. Ou seja, para enfrentar tais desafios é necessário, mais do que nunca, apreender as situações concretas do cotidiano profissional. “Situações que condensem na vida dos indivíduos as diferentes expressões da questão social, buscando-se sua compreensão no contexto da totalidade onde são produzidas” (BRAZ, 2004, p. 65). Para isso, precisa-se do constante aprimoramento intelectual, político e

ético, na direção das balizas assinaladas na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de ética em vigor.

O projeto ético-político profissional está nitidamente vinculado a um projeto de transformação da ordem social, sem se confundir e/ou diluir neste. Suas acepções e valores o vinculam a projeções sócio-históricas que vislumbram a ruptura com a ordem social vigente. Como refere Netto (1999, p. 108):

[...] é indispensável a afirmação de que a aposta na superação da ordem burguesa não é um voto fideísta num futuro escatológico – é uma projeção calçada em tendências reais. Pois, os homens podem preferir a barbárie, mas é pouco provável que o façam, pela simples (ou muito complexa) razão de que, com esta escolha, ao contrário do poeta, prefeririam nenhum movimento.

Assim, as produções em formato de teses e dissertações também permitem análises que possibilitam ao leitor um entendimento crítico do fenômeno drogas na dinâmica capitalista. Em sua dissertação, Pergentino (2014, p. 20-61, grifo nosso) parte do pressuposto de que:

[...] os determinantes econômicos, sociais e culturais para a reprodução da condição de pobreza revelada na situação de rua e uso de drogas já existiam antes, mas é na sociedade de classes, com formação social capitalista, que se agrava [...]. Nossa hipótese orientadora é a de que **está em curso uma contemporânea guerra às drogas**, para a legitimação de uma reedição higienista de limpeza dos indesejáveis, contraditoriamente pautada num suposto cuidado destes usuários, na medida em que se ampliam serviços públicos, porém, restringem-se o acesso a estes.

Tal como esta autora, há reflexões que buscam desvelar que está em curso um conjunto de ações, programas e políticas que requerem uma análise que transcenda a sua aparência, muitas

vezes revestida de expressões que mascaram suas intencionalidades.

Quanto à distribuição geográfica, a produção de teses e dissertações se dividiu entre programas de Rio (6), São Paulo (5), Paraíba (3), Santa Catarina (2) e, em Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco, apenas um cada.

No mapeamento dos anais dos seis ENPESS¹⁰, realizados nos anos de 2004, 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014, foram encontradas 51 produções sobre a temática “drogas”, sendo: 13 em 2004; 4 em 2006; 7 em 2008, 7 em 2010, 11 em 2012 e 9 em 2014 (quadro 2). De acordo com a pesquisa, os enfoques que se articulam com a temática “droga” que ganham maior densidade são: trabalho infantil; família; alcoolismo; política de saúde; política nacional e estadual sobre drogas; redução de danos e prática profissional; interdisciplinaridade; criança e adolescente; conselho de direito; e mulher negra e trabalhadora rural.

Alguns dos trabalhos apresentados no ENPESS tratam de recortes das teses e dissertações acima identificadas. É o caso, por exemplo, de “Adolescentes usuários de drogas e a questão do abandono do tratamento. Análise do programa GAIA em Volta Redonda: 2001-2002”, defendida em 2014 e apresentada no ENPESS do mesmo ano, com o título “Adolescentes usuários de drogas e a questão do abandono de tratamento análise do programa Gaia – grupo de atendimento integral ao adolescente de Volta Redonda – RJ.” Outro exemplo é a dissertação “O processo de formulação de políticas públicas sobre drogas no Legislativo municipal de Vitória/ES”, defendida em 2008 e apresentada no ENPESS do mesmo ano, com o mesmo título.

Na leitura dos artigos encontrados nos Anais do ENPESS identificamos que parte destes não deixam claro ao leitor o objetivo e a metodologia empregada. As referências utilizadas,

¹⁰ O Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social é o evento de maior magnitude no Brasil para a categoria, reunindo bianualmente pesquisadores da área em torno de temas centrais à pesquisa e à produção de conhecimento de nossa área.

em grande parte, reproduzem o discurso dominante de guerra às drogas. A apropriação dessas referências induz a uma discussão focada na questão da droga enquanto problema. Parafraseando Antônio Nery “[...] são os humanos os consumidores de drogas, e não o inverso” (NERY FILHO, agosto de 2015). Ao individualizar a questão na droga (com contornos morais-legais ou médico-sociais), a solução a ser perseguida seria a eliminação da substância psicoativa. “Os indivíduos que usam ou abusam de substâncias psicoativas são considerados, nessa perspectiva, como populações flutuantes, não-socializadas, cortadas de seus vínculos e que ameaçam a ordem social” (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008, p. 273). Essa postura indica uma tendência de manutenção de uma racionalidade conservadora centrada na perspectiva proibicionista.

Nos eventos de 2012 e 2014, verifica-se a ocorrência de trabalhos com debates mais complexos sobre a questão, permeados por um conhecimento mais crítico da realidade social que envolve a questão das drogas. Bom exemplo é o debate sobre a construção do proibicionismo às drogas e as consequências de tal política para a sociedade.

Quadro 2 - Artigos dos ENPESS (2004-2014).

Ano	Total de trabalhos	Título
2004	13	A dependência química na visão da equipe do programa de prevenção e ressocialização referente ao uso de substâncias psicoativas na Unioeste.
		A falta ao tratamento na perspectiva do usuário faltoso.
		A implantação da política de redução de danos no município de Vitória-ES: remontando cenas e cenários.
		Adolescentes, consumo de drogas e violência.
		Adolescentes usuários de drogas e a questão do abandono de tratamento. Análise do programa Gaia – grupo de atendimento integral ao adolescente de Volta Redonda – RJ.
		Criança e adolescente em situação de risco social por envolvimento com drogas – perfil, a intervenção do conselho tutelar e as políticas

		de atendimento.
		Família, políticas públicas e consumo de drogas por adolescentes: o olhar dos educadores.
		Prevenção do consumo de drogas por adolescentes em ambiente escolar: uma tarefa difícil.
		Redução de danos: um projeto em construção.
		Álcool e adolescentes: uma imagem que se projeta no presente? E que se reflete no futuro?
		Liderança e recuperação em alcoólicos anônimos.
		Alcoolismo na 3ª idade uma nova realidade para os assistentes sociais.
		Cuidadores de pacientes alcoolistas em Santos: Um olhar antropológico.
2006	4	O substrato moralizador da questão social: embriaguez na institucionalização do serviço social no Brasil.
		A dependência de substâncias psicoativas sob as atribuições do Serviço Social organizacional.
		Política de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas: novos e velhos desafios.
		Ações municipais frente ao consumo de drogas: um estudo sobre integralidade.
2008	7	Tráfego de drogas e jovens: uma discussão acerca da interiorização da violência.
		Fenômeno das drogas na Baixada fluminense: um caso para investigação do serviço social.
		O processo de formulação de políticas públicas sobre drogas no Legislativo municipal de Vitória/ES.
		A política do Ministério da Saúde para a atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas: contribuições para a cidadania?
		Fatores de risco para uso de álcool e outras drogas em grupos familiares de baixa renda.
		Rede socioassistencial de tratamento, recuperação e reinserção social de usuários e dependentes de álcool e outras drogas no Brasil – 2006/2007.
		Serviço Social e drogas: relato de experiência.
2010	7	O trabalho infantil e as drogas.
		A família na agenda das políticas brasileiras de Saúde Mental e de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas.

		Os significados do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas por alunos de graduação da PUC-SP.
		Prevenção de drogas nas escolas: Uma intervenção interdisciplinar no Serviço Social.
		Alcoolismo parental na ótica dos filhos.
		Alcoolismo e a violência à mulher: uma infausta relação.
		Recuperação de dependentes químicos, uma questão social emergente.
2012	11	Política de saúde pública para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: a prática multiprofissional e a perspectiva da interdisciplinaridade.
		Redes de apoio às famílias de dependentes de álcool e outras drogas: uma interface com as políticas públicas intersetoriais.
		Políticas públicas sobre drogas: o serviço social e os conselhos de direito.
		A estratégia de redução de danos e o serviço social: Luta por direitos nas políticas brasileiras sobre drogas.
		Mato Grosso na construção da Política estadual sobre drogas.
		Adolescentes em conflito com a lei e as drogas: a atuação do serviço social.
		O Brasil, as drogas e as políticas de sua contenção: uma revisão histórica.
		O desenvolvimento desigual e combinado das políticas brasileiras sobre drogas.
		Políticas e práticas de enfrentamento à drogadição no Rio Grande do Sul/Brasil.
		O uso de álcool e de outras drogas entre mulheres negras trabalhadoras rurais no interior do estado de São Paulo.
		As concepções de tratamento de crianças e adolescentes usuários de drogas com experiência de vida nas ruas na cidade do Rio de Janeiro.
2014	9	A produção de conhecimento do Serviço Social no campo das drogas.
		As políticas sobre drogas: da punição à assistência no caso brasileiro.
		Drogas como motivador de atos infracionais cometidos por adolescentes: um estudo de caso em Fortaleza.
		Drogas e direitos humanos: a urgência de discussão do proibicionismo.

	Medidas socioeducativas e as drogas: a interface entre o Serviço Social e a Psicologia.
	Política de drogas e garantia dos direitos em debate: questões para o Serviço Social.
	Políticas públicas sobre drogas no Brasil: proibicionismo, marginalização juvenil e criminalização da pobreza.
	Redes e políticas de atenção aos usuários de álcool e outras drogas e suas famílias no Rio Grande do Sul.
	Tráfico de drogas como trabalho: adolescentes explorados como “mulas” na rota de tráfico proveniente da fronteira Brasil–Paraguai.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Anais dos ENPESS de 2004-2014.

Verifica-se que nos eventos o número de trabalhos apresentados não sofreu variação significativa, excetuando-se o ano de 2006, quando foram submetidos somente 4 trabalhos para o Encontro. Os eixos centrais que guiaram a produção científica do Serviço Social no campo das drogas também passaram por alterações significativas, principalmente a partir de 2008, quando as análises passam a ter como foco a política de drogas tanto no âmbito municipal quanto nos âmbitos estadual e federal. Foi verificado, também, que houve mudanças na forma de abordagem da temática no que se refere ao referencial teórico metodológico, que passa a ser adotado. A análise marxista passou a guiar parte dos trabalhos com foco na análise do proibicionismo internacional e sua influência na política de drogas brasileira. O marxismo se constitui, enquanto um dos pilares que sustentam o projeto ético-político do Serviço Social, em sua dimensão de ruptura.

Nesse sentido, a análise crítica da realidade e o seu enfrentamento são possíveis quando se busca “[...] perceber a relação entre os fenômenos em suas mais íntimas e ocultas determinações” (BARROCO, 2011, p. 215).

Conclusão

“Quem desconfia fica sábio” (Guimarães Rosa).

A partir das reflexões aqui realizadas, reafirmamos que é fundamental a compreensão de que o uso de drogas faz parte da vida de alguns indivíduos sociais, o que exige uma capacidade crítica para compreender e diferenciar as várias drogas, a diversidade de usos e motivações, bem como os danos sociais e de saúde decorrentes dessas práticas. A droga não pode ser apreendida como se ela em si expressasse o fenômeno.

Nessa perspectiva, é fundamental a compreensão, no âmbito Serviço Social, de que as atividades de pesquisa e o espírito indagativo são condições essenciais ao exercício profissional. A compreensão que envolve este campo temático foi pautada recentemente pelas entidades de representação da categoria como o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos regionais.

No entanto, diante dos dados apresentados, verificamos que a produção teórica acerca do tema na área de Serviço Social, tanto no BDTD quanto nos anais do ENPESS dos anos mapeados, é uma quase constante, o que aponta para a relevância de refletirmos sobre a questão e a necessidade de incremento da fundamentação deste debate a partir de uma orientação teórico crítica.

Essa demarcação coloca, hoje, para o Serviço Social alguns desafios imperativos: construir coletivamente estratégias para que os fundamentos que orientam o projeto ético-político sejam apreendidos pelo conjunto da categoria profissional; manter e aprofundar a direção hegemônica do projeto ético-político; garantir a interlocução com os movimentos sociais de luta em defesa da classe trabalhadora.

Se de um lado assistimos ao avanço das práticas conservadoras expressa no espraiamento do discurso neoinstitucionalizante (que substitui o antigo hospital psiquiátrico por vaga em comunidade terapêutica religiosa), tal

como reverberado em muitos discursos oficiais do governo federal e do Congresso Nacional, por outro, há a contestação ao instituído e a busca de novas alternativas de práticas no interior das reflexões construídas pelos pesquisadores.

Há que se destacar que a proliferação dos estudos de caso trazem desafios ao debate que requerem uma trama entre o particular, o singular e o universal. Sem isso, ficamos ao nível da descrição dos casos, sem superação da aparência. Este é um debate que não se coloca apenas no campo da temática das drogas, mas que desafia as ciências sociais, hoje.

Enfim, como dito por Guimarães Rosa, temos que desconfiar sempre.

Referências

BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. COLEÇÃO Pensamento Criminológico n. 2. Rio de Janeiro: Ed. Reivan, 2003.

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2011, n.106, p. 205-218. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000200002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0101-6628. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000200002>>.

BASÍLIO-DENADAI, M. C. V. **O processo de formulação das legislações sobre drogas pelo Congresso Nacional**. Projeto de Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, 2014.

_____. **O Legislativo federal e os projetos de lei sobre drogas no Brasil: uma guerra entre velhos discursos ou novas alternativas?**. Tese (Doutorado em Serviço Social),

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015.

BERNARDO, T. T. **Aventuras do assistente social: uma abordagem sobre o desafio da prática profissional frente ao gênero e a religião nos tratamentos para usuários de drogas.** 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BRITES, C. M. **Ética e uso de drogas: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos.** Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2006.

BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 78, ano XXV, pp. 48-68, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional /** Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes... [et al.].-- Brasília: CFESS, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Dia internacional de combate às drogas.** CFESS Manifesta 26 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_SSdeba-teuosdrogas_APROVADO.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

_____. **Dia internacional contra o abuso e o tráfico ilícito de drogas.** CFESS Manifesta 26 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf>

=/arquivos/cfessmanifesta2013_diainternacionalcontraabusodedrogas.pdf. Acesso em: 10 de março de 2014.

_____. **Em defesa da Luta antimanicomial, CFESS convoca: participe do ato '(L)ocupa Brasília!**. Notícias.

Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1238>. Acesso em: 13 de março de 2016.

COUNT THE COSTS. **The War on Drugs:** Wasting billions and undermining economies. Disponível: <<http://www.countthecosts.org/sites/default/files/Economics-briefing.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X.; ABREU, C. C. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia e Sociedade**; v. 20, n. 2, pp. 267-276, 2008.

GARCIA, M. L. T. Proibicionismo: há pedras no caminho. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 2, pp. 40-47, jul./dez. 2012.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 6 ed. Cortez: São Paulo, 2003.

KOPP, P. **A economia da droga.** Bauru: EDUSC, 1998.

LIMA, R. C. C. **Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional:** relações Brasil - Estados Unidos e os organismos internacionais. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2009.

LIMA, R. C. C de.; TAVARES, P. **Desafios recentes às políticas sociais brasileiras sobre drogas:** enfrentamento ao crack e ao proibicionismo. 7º Encontro Nacional de Políticas Sociais “Trabalho e Lutas Sociais no mundo hoje”, em Vitória, no ano de 2012.

LUKACS, G. **Estética I.** Buenos Aires: Grijalbo, 1972.

NAPPO, S. **Epidemia:** existe para o crack? II simpósio de Redução de danos e crack. Cebrid. Medicina Preventiva, UNIFESP. Disponível em:
<http://www.proex.unifesp.br/eventos/eventos13/crack_cebrid/docs/PDF/Solange_Nappo.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2014.

NARDI, H. C.; RIGONI, R. de Q. Marginalidade ou Cidadania? A rede discursiva que configura o trabalho dos redutores de danos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 10, n. 2, pp. 273-282, maio/ago 2005. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a14.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2013.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político profissional frente a crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo I, Brasília: UNB, pp. 92-110, 1999.

OLMO, R. D. **A face oculta da droga.** Rio de Janeiro: REVAN, 1990.

NERY FILHO, A. N. **Há esperança?** Disponível em:
<<https://conversandocomnery.wordpress.com>>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

PERGENTINO, P. R. L. de M. **“Suave” guerra às drogas:** usuários em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SILVA, J. A.; GARCIA, M. L. T. Comunidades terapêuticas religiosas de tratamento de dependência química no Estado do Espírito Santo. **J Bras Psiquiatr**, n. 5, p. 243-252, jul.-ago. 2004.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNDOC). **Estimating illicit financial flows resulting from drug trafficking and other transnational organized crimes.** Vienna: Suisse, 2011. Disponível: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/Illicit_financial_flows_2011_web.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

_____. **World drug report.** Disponível: <https://www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf>. Acesso em: 30 de dezembro de 2015.

_____. **No Brasil, Senad lança Centros Regionais de Referência em crack e outras drogas.** Disponível: <<http://www.unodc.org/southerncone/pt/frontpage/2011/02/18-no-brasil-senad-lanca-centros-regionais-de-referencia-em-crack-e-outras-drogas.html>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2013.

WOERNER, C. B. Serviço Social e Saúde Mental: atuação do assistente social em comunidade terapêutica. **Textos & Contextos**, v. 14, n. 1, p. 174-185, jan./jun. 2015.

Recebido em 28/02/2016 e
aceito em 29/03/2016

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a incorporação da temática “droga” nas produções do Serviço Social brasileiro. Realizou-se pesquisa bibliográfica na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior e nos Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social ocorridos entre os anos de 2004 e 2014. A produção teórica sobre o tema drogas na área de Serviço Social está concentrada em poucos grupos de pesquisa e se mantém estável em termos quantitativos. Os estudos sobre a temática “droga” nos programas de pós-graduação em Serviço Social correspondem a aproximadamente 10% das produções identificadas com essa temática na totalidade dos programas brasileiros. Torna-se mister a ampliação da produção de conhecimento nessa temática que adense o debate crítico em um período de ampliação de discurso conservador no país e de expansão de ações que reafirmam a lógica institucionalizante dos sujeitos com sofrimento psíquico.

Palavras-chave: droga, serviço social, produção teórica.

Title.: Social Work and the Theme of Drugs

Abstract: This study aims to analyze the incorporation of the theme of drugs in Brazilian publications in the field of social work. A bibliographical research was carried out in the Digital Library of Theses and Dissertations of the Coordination for the Training of Higher Level Staff in Brazil and in the annals of national meetings of social work researchers taking place from 2004 to 2014. Theoretical work on drugs within the field is done by very few research groups and has been stable in quantitative terms. Studies on the subject in graduate Social Work programs account for around 10 percent of all work on the issue done in Brazilian graduate programs. That said, knowledge production on this theme must be expanded to inform a more critical debate, in a time when conservative discourses have been rising in the country, and actions reaffirming the practice of institutionalizing individuals with psychiatric disorders have begun to emerge.

Keywords: drugs, social work, theoretical production.
